

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 01/10/2018 10:38:23, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, _____, Escrivão Judicial I, subscrevo.

SENTENÇA

Processo nº: **1005366-62.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Exequente: **Carla Andrade Guilhermini**
 Executado: **Ivo Aldo Ramiro Brondino**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANA CLAUDIA HABICE KOCK**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença apresentada por Ivo Aldo Ramiro Brondino em face de Carla Andrade Guilhermini alegando em síntese que, após o acordo firmado no processo de separação, pactuou com a exequente, verbalmente, que, ao invés de pagar valores a título de meação ou participação nos lucros do bar, arcaria com todos os gastos da filha do casal. Sempre pagou os custos de escola, plano de saúde, vestuário e alimentação da filha e que o novo acordo perdura desde 2003.

Requer o acolhimento da impugnação, com a extinção do cumprimento de sentença, ou a compensação entre o valor devido e as despesas que teve com o estabelecimento comercial.

A exequente-impugnada, devidamente intimada, não se manifestou (fls. 94).

É o relatório.

Fundamento e Decido:

Com este breve relatório, constata-se que a presente impugnação deve ser acolhida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

O impugnante apresentou impugnação com base no artigo 525, § 1º, inciso VII, do Código de Processo Civil, ou seja, alegou causa extintiva da obrigação.

Devidamente intimada, a exequente nada alegou sobre a causa suscitada.

É certo que compete a cada parte a comprovação de suas alegações. E desse ônus se desincumbiu o executado-impugnante, pois juntou aos autos declaração de familiares e boletim de ocorrência, que comprovam as alegações e as divergências entre as partes.

Cabia a exequente, então, contestar as alegações do executado, porém não o fez.

Isto posto, **ACOLHO A IMPUGNAÇÃO** apresentada pelo executado, ora impugnante, e julgo **EXTINTO** o cumprimento de sentença, nos termos do artigo 924, inciso III, do CPC.

Em respeito ao sistema de precedentes e, conseqüentemente, à força vinculante da Súmula n. 519 do C. STJ (art. 927, IV, do CPC), para fixação da verba de sucumbência, condeno a impugnada a pagar ao advogado do impugnante a importância correspondente a 10% do valor atualizado do débito, observando-se, contudo, a gratuidade.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Publique-se e intime-se.

Araraquara, 5 de dezembro de 2018.

ANA CLÁUDIA HABICE KOCK

Juíza de Direito

DATA

Em **5 de dezembro de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu, _____, Escrevente, escrevi.